



# Desenvolvimento e inclusão

Na avaliação do deputado Júlio Lopes, aumento das despesas com Previdência Social é entrave para o crescimento do país. Economista José Luiz Oreiro defende projeto de reindustrialização capaz de gerar empregos de qualidade e elevar salários

» RAPHAEL PATI  
» RAFAELA BOMFIM\*

O desenvolvimento econômico pode estar diretamente alinhado com a justiça social e a redução das desigualdades. O caminho para isso, no entanto, envolve uma série de desafios, como destacaram os participantes do 1º painel do debate Desafios 2026: democracia, desenvolvimento e justiça social no Brasil contemporâneo, promovido ontem pelo **Correio Braziliense**.

Representantes da área acadêmica, de pesquisa e também da ala política apresentaram opiniões divergentes em torno do mesmo tema, apesar de defenderem a complementaridade de ações para fortalecer a economia brasileira.

Um dos principais entraves para o crescimento do país, na visão do deputado federal Júlio Lopes (PP-RJ), é o aumento das despesas com a Previdência Social. Titular da Comissão Especial sobre Inteligência Artificial, ele acredita que os custos maiores em torno desse tema, nos últimos anos, atrapalham o avanço estrutural do Produto Interno Bruto (PIB) nacional. Na visão do parlamentar, há uma distorção entre os recursos empenhados pelo Estado para cobrir as aposentadorias e o crescimento econômico.

“A Previdência Social é a nossa âncora de desempenho econômico, porque nós somos um país que envelhecemos muito rapidamente. Nosso crescimento na Previdência Social é de 6% ao ano, ou seja, 6% de novos entrantes todo ano, e isso se acresce o aumento real do salário mínimo de 2,5%”, disse o deputado. Ele reconheceu a importância de se pensar na defesa e na proteção social, mas reforçou que há distorções, inclusive em benefícios sociais. “O Bolsa Família, que era em 2008 0,6% do PIB, hoje é 1,3% do PIB. E com 1,3% do PIB, a economia não avança, porque ela está com 150kg nas costas e diz: ‘Agora, corre aí’. Não dá para correr com 150kg nas costas”, acrescentou.

Fotos: Minervino Júnior/CB/D.A Press



**O país está pronto para, efetivamente, ser protagonista do mundo, se equacionar suas contas. E é perfeitamente factível equacionar a conta”**

**Júlio Lopes (PP-RJ), deputado federal**

O deputado comemorou a aprovação do Projeto de Lei (PL) do Devedor Contumaz, pela Câmara dos Deputados, na noite de terça-feira. Além disso, defendeu a discussão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Responsabilidade Fiscal, apresentada por ele mesmo em 2024 e que visa o controle das despesas obrigatórias, sem proporcionar cortes repentinos.

“O país está pronto para, efetivamente, ser protagonista do mundo, se equacionar suas contas. E é perfeitamente factível equacionar a conta. Eu, inclusive, tenho a PEC da Responsabilidade Fiscal, que modificará o país, se a gente racionalizar a Previdência, se a gente racionalizar a defesa social em termos da pura e simples correção da inflação”, defendeu.

Sobre os desafios para 2026, Lopes defendeu a aprovação do projeto que institui o Operador Nacional do Sistema de Combustíveis (ONSC), aos moldes do mesmo órgão que gerencia o sistema de energia elétrica. Ele lembrou as operações recentes da Receita Federal — como Carbono Oculto e Poço de Lobato —, que desvendaram fraudes no setor que envolviam, inclusive, a atuação de grupos criminosos. “Agora, posto de gasolina no Brasil virou caixa automático do crime organizado. Está tudo na mão da criminalidade. R\$ 62,5 bilhões de evasão só no crime do posto de gasolina. Ontem (terça), aprovamos (a lei) do devedor contumaz e vamos aprovar uma lei minha que é a pura e simples digitalização do controle de combustível no Brasil”, destacou.



**O Brasil perdeu o bonde da história; não apenas nós, mas vários países do Ocidente, e nossa economia política não consegue formar uma coalizão de classes desenvolvimentista com projeto de país”**

**José Luiz Oreiro, economista**

## DIVERGÊNCIA

Já o economista José Luiz Oreiro — professor da Universidade de Brasília (UnB) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) — divergiu do deputado. Ele afirmou que o debate sobre desenvolvimento econômico e inclusão social exige, primeiro, a compreensão clara do conceito de desenvolvimento.

Segundo Oreiro, “desenvolvimento econômico é um processo de mudança estrutural no qual um país passa de ativos baseados em produtos primários exportados por mão de obra não especializada para ativos baseados no conhecimento explorados por trabalhadores especializados”.

O especialista frisou que essa transformação requer deslocamento

de capital físico, capital humano e mão de obra de setores extrativos, comércio e agricultura para a indústria de transformação e serviços modernos, incluindo atividades do sistema financeiro, que ele mencionou como exemplo de setores estratégicos para o crescimento.

Na avaliação de Oreiro, a mudança estrutural nunca é resultado automático do mercado e depende de políticas estatais direcionadas. Ele ressaltou que “não é e nunca foi resultado das forças impessoais do mercado, mas, sim, de políticas econômicas adotadas por um Estado desenvolvimentista, que aloca subsídios para transferir recursos de ativos primários para ativos baseados no conhecimento”.

Oreiro analisou o histórico brasileiro no século 20, utilizando o

conceito de “longo século XX” de Bradford Delong, e observou que o modelo brasileiro de industrialização por substituição de importações, implementado entre 1930 e 1980, gerou crescimento significativo, mas perdeu força nos últimos anos, com impacto na capacidade de crescimento e na estrutura do emprego.

Ao comentar perspectivas recentes, o economista destacou que o crescimento em 2026 pode ser impulsionado pelos efeitos redistributivos da reforma do Imposto de Renda. Explicou que “essa mudança transfere renda de quem tem menor propensão a consumir, que são os mais ricos, para quem tem maior propensão a consumir, que são os mais pobres, impactando o consumo e a economia”.

No entanto, alertou que a coalizão política necessária para apoiar o desenvolvimento econômico está ausente. Ele afirmou que “o Brasil perdeu o bonde da história; não apenas nós, mas vários países do Ocidente, e nossa economia política não consegue formar uma coalizão de classes desenvolvimentista com projeto de país”. Destacou, ainda, a dificuldade de estruturar uma agenda de crescimento coerente.

Ao concluir, Oreiro afirmou que a precarização do emprego permanece um desafio estrutural, intensificado por políticas anteriores e reformas trabalhistas. Ele explicou que políticas de assistência social são necessárias, mas apenas paliativas diante da falta de mudança na estrutura produtiva.

Conforme o economista, “fora da indústria não há salvação”. “O Brasil precisa de um projeto de reindustrialização ou neoindustrialização capaz de gerar empregos de qualidade e elevar salários; caso contrário, permanecerá na armadilha da renda média”.

Para Oreiro, sem essa transformação, o país continuará enfrentando envelhecimento populacional, baixo crescimento e desigualdade persistente. Ele reforçou que a solução está em um conjunto articulado de políticas industriais, tributárias e de qualificação profissional.

# Os contrastes e a persistente desigualdade

O diretor do escritório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, Vinícius Carvalho Pinheiro, avaliou que 2024 e 2025 registraram indicadores relevantes no mercado de trabalho, mesmo com juros elevados. Ele ressaltou que a taxa de ocupação aumentou para cerca de 59% e que a informalidade, embora ainda alta, recuou para 37,8%, o menor nível desde 2012.

Para Pinheiro, esse comportamento demonstra que “o mercado de trabalho se mantém em patamar elevado de rendimento, o que estimula consumo, produção e novas contratações, apesar da política monetária restritiva”.

Pinheiro afirmou que a combinação entre atividade aquecida e juros altos cria um cenário que “se assemelha ao cachorro correndo atrás do rabo”, pois a demanda por crédito subsidiado cresce para compensar o custo financeiro elevado. Ele citou que instrumentos operados por Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) sustentam parte desse movimento, mas avaliou que a situação é macroeconomicamente ineficiente. O diretor lembrou, ainda, que médias nacionais escondem desigualdades significativas, como o contraste entre o desemprego de 2% em Santa Catarina e 10% em Pernambuco, além de diferenças salariais persistentes entre mulheres e homens e entre trabalhadores brancos e negros.

Em relação a 2026, Pinheiro listou três temas institucionais que considera centrais: a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a pejoização; o projeto de lei que regula o trabalho por aplicativos e o debate sobre a escala de trabalho. Ele observou que a decisão da Corte poderá alterar



**O mercado de trabalho se mantém em patamar elevado de rendimento, o que estimula consumo, produção e novas contratações, apesar da política monetária restritiva”**

**Vinícius Carvalho Pinheiro, diretor da OIT no Brasil**

regras fiscais e de proteção laboral, com efeitos sobre fundos, como o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador).

A respeito do PL dos Aplicativos, afirmou que a proposta busca estabelecer “autonomia com direitos” para motoristas, criando uma categoria intermediária com garantias básicas. Já a discussão sobre o tema da jornada envolve divergências entre setores que temem impacto sobre custos e grupos que defendem avanços em condições de trabalho.

Pinheiro acrescentou que a transformação tecnológica, especialmente com inteligência artificial, tende a modificar mais tarefas do que eliminar postos. Segundo ele, profissões diversas passarão por reconfigurações, reduzindo etapas repetitivas e ampliando tempo para atividades complexas.

O diretor observou que o impacto estimado de eliminação de empregos é inferior a 1% em economias como a brasileira, mas que a



**Prometeu (o capitalismo) incluir, e tem uma desigualdade brutal. Um por cento da população detém mais de 50% da renda do mundo. É um tremendo fracasso”**

**José Geraldo da Silva Júnior, ex-reitor da UnB**

transição exige treinamento contínuo. Ele apontou ainda o envelhecimento populacional como outro fator estruturante, com efeitos sobre saúde, Previdência e mercado de trabalho. Na avaliação dele, políticas nacionais de cuidado precisam avançar, porque “cuidadores são mal-remunerados”. “Quem cuida não consegue participar plenamente do mercado, e a pessoa que necessita de cuidado também exige atenção do Estado”, ressaltou.

Conforme Pinheiro, essas dimensões mostram que 2026 será um ano marcado por transformações institucionais e estruturais que demandam acompanhamento permanente.

## PROBLEMA ESTRUTURAL

Na visão do professor emérito e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Geraldo da Silva Júnior, a história de mais de 300 anos do capitalismo mundial tem fracassado no

objetivo de reduzir as desigualdades sociais e econômicas.

Segundo ele, a própria fórmula desse modelo provoca o que chamou de “tremenda desigualdade”, além de reforçar diversas formas de exploração. “Como é que a gente pode se conformar mesmo com a retórica das nossas argumentações. É um discurso que se conforma com essa exploração, que leva em conta que há uma desigualdade brutal que não foi resolvida do ponto de vista de todas essas promessas”, disse.

O ex-reitor destacou haver dados do Banco Mundial e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que reforçam a tese de que a redução das desigualdades com o capitalismo foi um “rotundo fracasso”. “Prometeu (o capitalismo) incluir, e tem uma desigualdade brutal. Um por cento da população detém mais de 50% da renda do mundo. É um tremendo fracasso”, enfatizou.

José Geraldo disse que o problema estrutural da economia não é o déficit, e, sim, o subsídio. Nesse contexto, defendeu a proposta de adequação do regime de trabalho da atual escala 6 x 1 ao que ele chama de um regime que garanta os “fundamentos de uma vida decente”.

“No mundo todo, a gente está assistindo a propostas de países — que não são socialistas — de voltar a escalas de trabalho com a dignidade dos tempos de humanidade, por exemplo, jornadas que possam garantir aqueles fundamentos de uma vida decente”, afirmou. “Quem quer pedir austeridade, um nome muito conveniente para ele justificar reprimir qualquer forma de reivindicação social, é o que implica fazer escolhas. A proposta de justiça.” (RP e RB\*)

\*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa